

“Na Natureza Selvagem”: uma narrativa contra a subjetividade capitalística¹

Fernanda Sant’Anna Ventura²
Paulo Henrique Pompermaier Sartori³
Rafael Grohmann⁴
Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, SP

Resumo

O artigo pretende analisar brevemente o conceito de formação subjetiva coletiva na modernidade, tomando como base as ideias dos filósofos franceses Michel Foucault e Félix Guattari. Em seguida, pretende traçar um breve panorama histórico da formação subjetiva. Conclui com a análise do filme “Na Natureza Selvagem” como uma contra-narrativa, que se apropria de elementos da subjetividade capitalística para re-significá-los e inverter seu sentido original.

Palavras-chave: subjetividade; modernidade; capitalismo; coletividade.

Introdução

Ao verificar os diversos problemas associados ao homem moderno, a fragmentação, individualismo superficial, competitividade, descaso com relação à esfera pública, exclusões, tem-se a impressão que o homem caminha lentamente em direção a um ocaso completo de barbárie, violência, distanciamento do coletivo e isolamento na imagem de um “eu” superficial. Para verificar, ou refutar, tal imagem desconcertante, verificamos que a subjetividade, tanto para o filósofo francês Félix Guattari como para seu conterrâneo Michel Foucault, sofreu transformações com o homem moderno. A mudança subjetiva, influenciada mutuamente pelo capitalismo e por uma nova concepção do que seja o homem, parece ser uma das variantes que expliquem o fenômeno contemporâneo. Até caminhar ao cenário atual, verifica-se algumas mudanças ao longo de um processo temporal. Uma análise do filme “Na Natureza Selvagem”, inspirado na trajetória de Christopher McCandless, pretende mostrar uma possível subversão dos signos dominantes como alternativa à constituição de um sistema subjetivo paralelo à subjetividade capitalística predominante.

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática de Jornalismo, da Intercom Júnior – XI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de graduação 3º semestre do Curso de Jornalismo da Faculdade Cásper Líbero.

³ Estudante de graduação 3º semestre do Curso de Jornalismo da Faculdade Cásper Líbero.

⁴ Orientador do Trabalho. Professor do curso de Jornalismo da Faculdade Cásper Líbero.

Subjetividade: delineamentos teóricos

O termo subjetividade, normalmente, é associado a maneiras particulares de cada um ver e interagir com o mundo segundo suas experiências vividas. É comumente utilizado como o binômio oposto da objetividade, aquilo que pode ser verificado por todos, independente da experiência pessoal de cada um. Para o filósofo Félix Guattari, entretanto, a subjetividade é construída por “máquinas de produção da subjetividade” (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p.33) e são disseminadas para toda uma coletividade. Variando segundo o caráter de cada sociedade, essa subjetividade é produzida tanto na escala de uma tribo, uma etnia, como internacionalmente, como o autor acredita que acontece no capitalismo. Caracteriza essa como “subjetividade capitalística”, produzida por “tudo o que nos chega pela linguagem, pela família e pelos equipamentos que nos rodeiam” (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p.35). Diferente do conceito marxista de ideologia, essa subjetividade vai além das representações ideológicas: ela molda determinadas maneiras de ver, sentir, experimentar e perceber o mundo. Outra diferença é que a produção subjetiva não está necessariamente ligada aos modos de produção econômicos. Em uma sociedade tradicional, por exemplo, ela irá moldar representações do homem, da mulher, do papel social de mãe, pai, filho, etc. O que acontece no capitalismo, segundo o filósofo, é que a produção subjetiva se integra às máquinas produtivas: as grandes indústrias, antes mesmo da produção material, pensam em uma economia semiótica, nos modos de formar uma subjetividade que faça a coletividade aceitar os pressupostos do capitalismo como naturais. Para ilustrar tal ideia, Guattari menciona a formação que um operário precisa ter desde pequeno, que forme uma subjetividade adequada a sua futura condição de operário.

A seguinte passagem também elucida o caráter coletivo da subjetividade para Guattari:

O lucro capitalista é, fundamentalmente, produção de poder subjetivo. (...) a subjetividade não se situa no campo individual, seu campo é o de todos os processos de produção social e material. O que se poderia dizer, usando a linguagem da informática, é que, evidentemente, um indivíduo sempre existe, mas apenas enquanto terminal; esse *terminal individual se encontra na posição de consumidor de subjetividade*. (GUATTARI, 2005, p.41)

O conceito de “agenciamentos coletivos da enunciação” é uma maneira que o autor resolveu a dualidade entre indivíduo/sociedade. Segundo sua ideia, a subjetividade seria formada por agenciamentos de enunciação: uma junção entre fatores “extrapessoais”, ou

seja, “sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, ecológicos, etológicos, de mídia...”; e fatores “infrapessoais”, ou seja, “sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de desejo, de representação, (...) sistemas corporais, biológicos, fisiológicos...” (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p.39).

A subjetividade coletiva não é um aglomerado de subjetividades individuais, mas sim uma subjetividade formada por diversos agenciamentos que, em alguns contextos sociais, podem se individualizar. “Ela é essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares” (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p.42). Isso explica, em partes, as relações que o ser-humano pode ter com os signos ao seu redor: de alienação, caso tome todos os aspectos dessa subjetividade capitalística como verdades; ou de criatividade, caso se aproprie desses signos e subverta seu sentido original, gerando uma potencial transformação em nível micropolítico.

Tal processo de formação maquínica de uma subjetividade capitalística é denominado por Guattari como “Capitalismo Mundial Integrado”: sua principal característica seria, justamente, tirar o foco da produção econômica e colocá-lo na produção de subjetividades. Tal processo constitui o que o filósofo chama de “desterritorialização do capitalismo”, ou seja, o momento em que as forças produtivas instauram-se na mente de cada indivíduo. Esses, conseqüentemente, passam a sentir e ver o mundo a partir da lógica das forças produtivas (GUATTARI, 2012).

Já na perspectiva de Michel Foucault, cada um se constroi subjetivamente a partir da seleção e incorporação de certos discursos. O sujeito constrói a sua verdade de acordo com o contato individual que tem com os textos ao seu redor (FOUCAULT, 1992). Para ilustrar seu pensamento, recupera o conceito do *hypomnēnata*, espécie de diário íntimo no qual algumas pessoas na Grécia Antiga registravam desde suas contas e agendas, até pensamentos íntimos para serem revisitados e refletidos posteriormente. Esse é o meio pelo qual Foucault reconhece a “subjetivação do discurso”: “trata-se, não de perseguir o indizível, não de relevar o que está oculto, mas, pelo contrário, de captar o já dito; reunir aquilo que se pôde ouvir ou ler, e isto com uma finalidade que não é nada menos que a constituição de si” (FOUCAULT, 1992, p. 135).

Percebe-se que, se para Foucault o sujeito se constituía subjetivamente a partir de suas experiências, isso não negava o caráter coletivo dessa formação, que envolvia a apropriação de diversos discursos. O *hypomnēnata* forma uma espécie de passado que pode sempre ser relido em busca de uma compreensão maior e um “cuidado de si”.

O envio de cartas é outra modalidade de escrita analisada por Foucault. Baseando-se no princípio de que “quem ensina instrui-se”, o filósofo analisa como a carta é um “mostrar-se ao outro, dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio junto ao outro” (FOUCAULT, 1992, p. 156).

Para demonstrar essa ideia nos próprios gregos, Foucault cita Sêneca:

Lê pois sempre, diz Sêneca a Lucíolo, escritores de reconhecida autoridade; e se te assaltar o desejo de fazer uma incursão pelos outros, volta depressa aos primeiros. Assegura dia a dia quanto te proteja da pobreza, da morte, sem esquecer os nossos outros flagelos. *De tudo aquilo que tiveres percorrido com o olhar, retira um pensamento próprio para bem digerir esse dia*⁵. É também o que eu faço. Entre muitos textos que acabo de ler, é sobre um deles que recai a minha escolha. (Apud, FOUCAULT, 1992, p. 158)

Tanto para Foucault, como para Guattari, a subjetividade é formada por agenciamentos, não simplesmente aglomerados de várias subjetividades individuais. E é essa “escrita de si” nos diários íntimos que permite o “cuidado de si”. Analisando a modernidade, Foucault percebe uma precariedade dos processos de subjetivação, devido, entre outros fatores, às mudanças políticas e a constituição de um homem moderno, que difere sensivelmente do homem antigo. O homem moderno, que vai desde os primeiros padres até os psicanalistas atuais, funda a “verdade do discurso verdadeiro sobre o sujeito” (GROS, 2012, p. 316-330) sob sua capacidade de objetivação do sujeito apenas como domínio de conhecimento. Já o homem antigo funda “a verdade do discurso verdadeiro” na sua capacidade de subjetivação do sujeito a partir da necessidade de se assumir como sujeito de ação e de conduta.

Em uma palavra, a filosofia antiga e a verdade de seu discurso não se vinculam absolutamente à resposta da questão “quem somos nós?” como natureza ou essência cognoscíveis, mas à questão “que devemos fazer de nossa existência?” como sujeitos que agem. (GROS, 2003, p. 327)

O trecho, extraído de uma análise de Frédéric Gros sobre a obra *A hermenêutica do sujeito* de Foucault, explica bem essa oposição que o filósofo faz entre a subjetividade moderna e a subjetividade antiga.

⁵ O grifo é de nossa autoria.

Subjetividade: delineamentos históricos

A subjetividade, como sua própria etimologia acusa, carrega em si constituinte grau de interiorização do sujeito, que, porém, adquire remotamente uma experiência de sociabilidade, o que resulta na modulação da subjetividade por meio da empiria. Isso não significa acessibilidade total ao subjetivo, mas sim que populações de um contexto sociocultural específico compartilham nuances de suas interioridades. Na modernidade, parece haver um processo de esforços para a redução ou até extinção da minuciosa autenticidade da subjetividade individual suprimida por mecanismos que criam uma homogeneidade, paradoxalmente, individualista.

Dentro da concepção mais abrangente ocidental humanista na modernidade, o ser humano é o centro e a potencialidade do mundo. Dessa forma, houve um processo acumulado de valorização da personalidade e da privacidade em detrimento do que é comum ou público. Um olhar analítico sobre a subjetividade, como proposta de desmembramento de um ser histórico e social, exige o conhecimento de noções correlacionadas da estrutura contextual. No caso da contemporaneidade, o entendimento do subterrâneo do sujeito se entrelaça com a formação daquilo comumente chamado de capitalismo.

A estrutura socioeconômica e política do capitalismo, apesar de altamente metamórfica, permeada por rupturas e ressignificações, remonta ao século XVI, em que o final do plano feudal europeu culminou na formação de um capitalismo primitivo. As relações sociais deixaram de estar tão estratificadas e hierarquizadas. Houve relativo espaçamento da cosmovisão antes centralizada na perpetuação de um ideário religioso único e central fixado na hereditariedade e na passividade. O novo modo de produção do capital, inicialmente mercantilista, implicou transformações graduais, porém profundas na produção material de significados e de conhecimento sobre os ideários de liberdade e igualdade.

A reforma protestante possibilitou a ideia de uma perspectiva de ascese ainda no mundo terreno e “carnal”. A destruição da unicidade de mediação divina para com o cerne de um ideal de conduta e uma assimilação racional da realidade conduziram a experiência social a uma cognição individualizada e não mais homogênea. A revolução no campo da ciência moderna, entre os séculos XVI e XVII imprimiram um novo paradigma de racionalidade. Um sujeito epistemológico diferente era tecido pelas aferições cartesianas da

autoconsciência controlada. A monarquia absolutista tencionou seu próprio núcleo numa redoma, afastando de si as questões sociais, apartadas e suprimidas por coerções intangíveis que viriam a eclodir no momento propício para uma nova ordem de formação burguesa.

O Antigo Regime do culto da nobreza e do ócio contemplativo da corte invadiu a subjetividade aristocrática, vendando o rústico do humano, modelando um comportamento estético superficial. A concorrência da aparência e a canonização da imagem tenderam para a projeção de uma individualidade refletida desses novos tempos.

A filosofia do direito natural ou da natureza humana conduziria o pensamento dessa época a dicotomia do público e do privado, do sujeito e da comunidade no sentido político de formação: teorias autoritárias de sujeição como mal necessário e contratos sociais baseados na persistência da possibilidade de cooperação. A partir do século XVIII, o indivíduo é confrontado com a dialética orgânica: o particular e o comunitário. Esse conceito de indivíduo unitário e participante seria aplicado socialmente por meio do liberalismo. Os contornos iniciais dessa nova tendência regimentar eram os da liberdade de escolha, ação, apropriação, da igualdade jurídica e legitimada, pela consciência racional de si, enquanto ser singular, do humano, unidade mínima e vital da sociedade sem mediações burocráticas.

Para que o liberalismo fosse palpável, o enlace entre a vida privada e a vida pública passou a ser dicotômico: individualidade livre de atrito social e um compartilhamento da civilidade e da racionalidade. Alguns fenômenos do âmbito econômico no século XIX engendraram transmutações no molde capitalista concorrencial para o monopolista, como o tema da democracia de direitos universais; o intimismo transitório entre as esferas pública e privada; o coletivismo romântico e nacionalista; o individualismo institucionalizado disciplinar.

O ideário positivista ordenou a formação social segundo uma perspectiva idealizada e geometrizada. Nesse mesmo meio de arbitrariedade social, o fator disciplinar ganhou imensa força e utilidade: domínio sobre os corpos e mentes, que passam a ser docilizados por meio de instituições e estruturas de ordenamento psíquico e de higienização.

Nos modos de produção pós industrialização, a organização dos meios de produção passou para um estágio de concentração de capital e centralização em potências. Houve crescimento e expansão das políticas sociais, porém sem combate da essência desigual do engenho do capital.

Ao mesmo tempo em que se alargava a gama de discussões do cidadão global, o peso da burocracia disciplinar e dos jogos políticos inferiam na lógica da perpetuidade do capitalismo que adentrava a subjetividade com novos ideais que se multiplicavam e se estendiam, como o ciclo de produção e consumo, a ruptura do interconhecimento, a desagregação da comunidade e o hedonismo pragmático e ilusório do sonho moderno.

A competitividade e a busca pelo prazer perpétuo, análoga à busca incessante pelo lucro, fizeram da individualidade um estágio mais suprimido da experiência de si e da experiência de pertencer comum: o puro individualismo pautado por um egoísmo artificial.

Na década de 60, após a saturação e consecutivo esgotamento do modelo de produção fordista, as novas diretrizes da guerra velada e projetada ideologicamente num suposto equilíbrio de forças levaram ao neoliberalismo, um novo método de manutenção do capitalismo e de alteração da subjetividade, confrontando a tese keynesiana e a defesa de direitos sociais das classes desfavorecidas. A falência do sistema acumulativo de capital, proveniente da devastação das duas Grandes Guerras Mundiais, levaram as lógicas do mercado para a experiência subjetiva da época. O neoliberalismo tende a uma dualidade pouco delineada: opõe-se ao intervencionismo ferrenho, no entanto, trata o mercado como algo que mantém dependência estatal. Há um caráter ambíguo no poder neoliberal: o cunho internacional se submete a constante abertura da soberania por uma integração líquida e financeira, ao mesmo tempo em que, internamente, o Estado congestionado pela burocratização acaba tendendo para regimes autoritários e políticas atroztes como genocídios.

A subjetividade dessa Nova Ordem Internacional reflete as demandas desse mesmo sistema. O sujeito torna-se maquinário e reproduzidor de ideologias hegemônicas numa cadeia alienante que lhe suga vitalidade, exaustando lhe com uma aparente satisfação.

Os valores do mercado são introduzidos na cosmovisão de forma a construir relações vazias e fáticas que restringem a potência da criatividade e da imaginação e retiram do ser sua primazia em compartilhar ou tornar comum. O interesse privado acaba sendo uma força auto corrosiva e autodestrutiva, como uma emulação do espírito. Esse isolamento de interesses atrelado a uma tempestade informacional de espetáculos criam pessoas-engrenagens dispostas a fazer qualquer coisa pelo próprio interesse. O preceito da liberdade é aparentemente pleno, restrito, porém a um único paradigma de pensamento construído por cognições prontas e simplificadas, sem a apreensão analítica-reflexiva do eu, que possibilita a autonomia de consciência, de digressão e de fruição pelo próprio ser.

Já o princípio da igualdade foi completamente revertido na necessidade elementar de manter uma desigualdade social cristalizada, para fomentar complementaridade do funcionamento do sistema baseado na competição. Segue-se a descaracterização de qualquer faísca do querer fraterno ou de solidariedade do estar comunitário compartilhado.

A valorização da interioridade individualista se torna o "self", uma crença cega na imagem e na autopromoção. A busca por uma satisfação apartada do outro segrega a intersubjetividade. As doses graduais de dependência da felicidade do consumo e do espetáculo integrado desligam o homem da própria realidade, o que gera constante falhas e surtos de depressão em um humano moderno, uma ilha inóspita e anecúmena.

A consciência do homem passa ainda por um último processo de desprendimento. A era da internet refrata a experiência material num novo plano rarefeito e nebuloso. A virtualização provém da coisificação da ideia e do objeto. A ideia da ideia permanece num tempo impossível, por isso, é intangível. As relações que se fazem no plano virtual são a máxima do afastamento da natureza animal e instintiva e se pintam em tonalidades de projeções em projeções que colocam o ser numa confusão entre realidade e sonho. Estando nessa transitoriedade perpétua, o humano produz e consome inconscientemente como se estivesse sedado mamando desse líquido viscoso que é o existir na modernidade.

Na análise da professora de comunicação da UFRJ Fernanda Bruno, utilizando alguns conceitos de Foucault sobre o panóptico, a subjetividade era constituída nas sociedades disciplinares com base na interiorização das coerções exercidas pelos mecanismos de disciplina exteriores ao homem. O panóptico, mecanismo que permite que vigiem as pessoas sem elas saberem se estão sendo vigiadas ou não, acaba fazendo com que o homem se vigie internamente, com medo da disciplina e coerção. Classificações de oposição como bom/mau, normal/anormal, passam a ser interiorizados com os mecanismos disciplinares e o próprio homem começa a se julgar segundo esses parâmetros, tentando evitar o que se constituiu discursivamente como o anormal. Como Bruno deixa claro:

Deste modo, a norma passa a ser não tanto imposta, mas até mesmo almejada. Afinal de onde a norma tiraria a sua positividade senão da produção daquilo mesmo que ela vem negar – de onde, por exemplo, uma sexualidade regular e conforme aos limites da genitalidade poderia retirar seu mérito senão da existência do perverso como a encarnação de uma alma doente com paixões repulsivas? (BRUNO, 2004, p. 113)

Com os meios de comunicação, entretanto, esses mecanismos começam a se inverter. Surge o sistema *sinóptico*, no qual o foco de visibilidade volta-se aos que exercem

o poder: as elites, celebridades, *pop-stars*, e todas as grandes personalidades que ganham tanta audiência em programas televisivos.

A internet, os blogs, os vídeos no youtube, os programas “realistas”, entretanto, colocam o homem comum novamente no foco. Qualquer um pode ser visível, fracassar na internet não envolve grandes riscos e a chance de ir do anonimato à fama é grande. Na visão da professora, as novas tecnologias são responsáveis por dois deslocamentos da subjetividade moderna:

A formação subjetiva não é mais focada no interior do homem, como acontecia com as normas e disciplinas que eram introjetadas nos pensamentos de todos que vivessem em uma sociedade disciplinar. A nova subjetividade passa a constituir-se na exterioridade e ser marcada pela projeção e antecipação. Ou seja, o homem moderno forma-se com relação ao olhar do outro, à exposição pública. É importante ressaltar:

Não se trata tanto da exteriorização de uma interioridade constituída, por natureza recôndita, que passa a se expor, mas principalmente de uma subjetividade que se constitui prioritariamente na própria exterioridade, no ato mesmo de se projetar e de se fazer visível a outrem. (BRUNO, 2004, p. 116)

Ainda há um foco de intervenção por parte das instituições disciplinares, entretanto este não é mais a alma, a interioridade do possível criminoso ou anormal. Agora, esse foco são as atitudes, o comportamento exterior e visível. Essa mudança pode ser vista nas análises de cruzamentos de dados que pretendem formar atos potenciais para reprimí-los ou incitá-los.

O segundo descolamento concerne a mudanças no “estatuto do olhar do outro” (BRUNO, 2004, p. 110). Essa mudança pode ser verificada em duas esferas:

Nos weblogs e webcams, marcados pela privatização do olhar que anteriormente era público. Fernanda define essa hipótese da seguinte maneira: “o olhar do outro deixa de ser dado pelo coletivo, pela sociedade e passa a ser demandado, conquistado pelo próprio indivíduo” (BRUNO, 2004, p. 118). Ou seja, dar-se ao olhar do outro passa a ser um vontade voluntária como forma de definir a identidade individual. Nesse movimento, a professora reconhece uma individualização, privatização do olhar alheio. Essas práticas mudam a concepção de público, que passa a incluir o que antes era íntimo e privado.

Nos mecanismos de vigilância e segurança eletrônicos, que é caracterizado pelo foco na “pré-visão” em detrimento da visão. O distanciamento permitido pela vigilância digital permite invisibilidade e anonimato ao observador. Este irá colocar o perigo no risco,

ao invés de no anormal. As pessoas passam a temer as possibilidades de algo acontecer, legitimando a vigilância digital. Essa nova vigilância, por sua vez, rompe as barreiras do público e privado para cruzar dados sobre os usuários virtuais e identificar para quais atitudes eles tendem. Um efeito colateral é o uso desse mecanismo para estimular determinadas tendências consumistas customizadas para cada usuário.

Para encerrar, Bruno coloca uma última hipótese que viabilizaria essas mudanças na subjetividade moderna:

Esta hipótese só faz sentido no interior de um cenário de individualização da existência e radicalização da responsabilidade por si mesmo nos diversos setores da vida privada e pública contemporâneas, da progressiva privatização das trajetórias individuais e do paralelo declínio do encargo coletivo dos destinos individuais, antes atribuído a instituições e atores sociais organizados. (BRUNO, 2004, p. 118)

Tal panorama do cenário de individualização parece corroborar as hipóteses levantadas por Guattari e Foucault quanto à formação subjetiva do homem moderno.

Na natureza do indivíduo: subjetividade na narrativa moderna

Em “Na natureza selvagem”, obra cinematográfica baseada no diário de Christopher Johnson McCandless, a personagem principal se sente naufragando no oceano social que a rodeia. As relações que mantém com as pessoas e com o mundo apenas lhe esvaziam de qualquer ímpeto ou vontade de viver. Essa vertigem que a sociedade moderna lhe causa o leva a crer que a única e genuína forma de ser si mesmo e de encontrar plenitude e felicidade seria o total isolamento na *natureza selvagem*, como uma forma de reencontrar sua verdadeira face, a silvestre, a natural, perdida em anos e anos de civilização e exploração humana.

Traça seu plano de viver sozinho no Alasca, adota o pseudônimo de Alexander Supertramp (o segundo nome significa algo próximo de *o grande andarilho*) e inicia uma jornada de travessia pelos Estados Unidos, que, aos poucos, vai lhe transformando e despertando para novas experiências, alternativas à vida caótica e “solitária” na cidade, como vivências de amor livre e aberto em comunidade hippie e com pessoas com ideias transgressoras que estabelecem um tipo de troca que antes não havia experimentado.

Quando finalmente consegue atingir seu objetivo, passa por grandes dificuldades de sobrevivência sozinho, mas também encontra muita paz de espírito. Acaba morrendo

intoxicado por comer uma planta venenosa. As considerações finais de seu diário revelam reflexões muito coerentes acerca da subjetividade moderna: ele conclui que a vida só tem sentido quando é partilhada, isto é, o ser humano é social, logo necessita de trocas e aproximações. A amizade verdadeira é existir no outro e a compaixão é a entrega de si, porém, a experiência sistematizada afasta os seres desse tipo de relação e os consome num ciclo de consumismo, competitividade e individualismo que resulta em seres egoístas e estressados que não são verdadeiramente felizes e que não possuem nenhum espectro de pertencimento comunitário ou de partilha de valores, ideias e sentimentos. Alexander Supertramp morreu sozinho, mas com a certeza de precisar sentir os outros transbordando de seu coração: “A felicidade só é verdadeira, quando é compartilhada”.

A narrativa de “Na natureza selvagem” pode ser vista como uma “experimentação da realidade” (MOTTA, 2009). Tal classificação visa a função da narrativa de organizar a caótica experiência humana na terra e torna-la compreensível para ser narrada a um grupo, que por sua vez irá ordenar suas próprias experiências conforme o parâmetro do círculo ao qual pertencem. A narrativa beatnik, que se originou nos EUA na década de 50 e mostrava um modo de vida alternativo, sem vínculos sociais profundos, e a narrativa hippie, surgida na década de 60, como forte influência beatnik, que defendia uma vida natural em contraponto à artificialidade das convenções sociais, podem ser vistas como experimentações do real que serviram para McCandless organizar sua forma de interpretar e vivenciar o mundo. Sua aventura no Alasca, ocorrida na década de 90 e disseminada pelo livro-reportagem do jornalista Jon Krakauer em 1996, e posteriormente pelo filme em 2007, transformou-se em uma narrativa que mostrava a vida regida por um sistema subjetivo divergente do capitalista, com potencial, portanto, para organizar novas experiências e dar ensejo a uma crítica reflexiva sobre os modos de vida modernos.

Outra forma de interpretar “Na natureza selvagem” como experimentação é a partir do ponto de vista levantado por Walter Benjamin. Em sua análise pessimista do mundo pós-guerra, o filósofo alemão diz que as experiências humanas se empobreceram, tornaram-se inviáveis devido ao que o mundo havia se transformado (BENJAMIN, 2012, p. 123-128). Tal impossibilidade experimental significaria o declínio das narrativas, pois os antigos narradores tinham tanto a narrar devido às experiências que tinham. Sem experiências, não haveria mais o que narrar, o próprio papel do narrador desapareceria (BENJAMIN, 2012, p. 213-240).

A narrativa do filme parece se contrapor a essa visão benjaminiana, pois é a narrativa de uma experiência humana como Benjamin profetizava que iria acabar. Não é mais uma história da experiência humana esterilizada pelos preceitos capitalistas e modernos. É uma narrativa, propriamente dita, que inaugura uma determinada experimentação do real de forma muito particular e em outro sistema subjetivo, que não capitalístico. Como Guattari mostra ser possível:

As sociedades “arcaicas” que ainda não incorporaram o processo capitalístico, as crianças ainda não integradas no sistema, ou as pessoas que estão nos hospitais psiquiátricos e que não conseguem entrar no sistema de significação dominante, têm uma percepção do mundo inteiramente diferente da que se costuma ter da perspectiva dos esquemas dominantes. (GUATTARI, 2004, p. 35)

Os sistemas de percepção de Christopher McCandless diferem dos sistemas dominantes, e isso pode ser percebido na formação subjetiva que teve devido a suas experiências pessoais. Expectador de constantes brigas e conflitos entre seus pais, Chris começa a formar uma imagem particular de família burguesa: hipócritas, unidos por conveniência, gananciosos que gostam de gastar e ostentar dinheiro, frutos da instituição falida que era o casamento. A partir desse traço de sua personalidade, entende-se sua decisão de desligar-se de seus familiares e decidir morar isolado.

O fato de ter nascido e vivido nos Estados Unidos pode ter reforçado essa decisão. As famosas propagandas norte-americanas do *American Way of Life* e *American Dream*, que influenciaram e formaram os hábitos de gerações, são representações de tudo aquilo que Christopher rejeitava: o estilo de vida consumista, industrial, urbano, convencional, o conforto proporcionado pelo progresso e pela tecnologia, o *self-made* men, homem que enriquece e cresce socialmente exclusivamente devido a sua capacidade individual. Tais preceitos são a base da narrativa hegemônica capitalística, contra a qual o filme “Na Natureza Selvagem” forma uma espécie de contra-narrativa.

A formação intelectual de McCandless reflete muitas de suas atitudes também. Diversas cenas do filme mostram o protagonista lendo livros de *Jack London*, *Henry David Thoreau* e *Léon Tolstói*. London é autor de inúmeros livros que falam sobre a vida nas selvas, em liberdade, da perspectiva de lobos, cachorros e outros animais silvestres. Thoreau é um grande crítico da modernidade e da urbanização. Em seu mais famoso livro *Walden, ou a vida nos bosques*, o pensador norte-americano relata sua experiência ao viver dois anos e dois meses isolado no meio da mata, às margens do lado Walden, em uma

cabana construída por ele próprio. Estão muito presentes no livro a exaltação da vida natural, em contato direto com a natureza, e a denúncia um tanto moralista dos hábitos hipócritas e viciosos da sociedade.

Ao citar uma passagem de seu livro, percebe-se a forte influência que Thoreau exerceu em Christopher. Fica visível um deslocamento também: sua análise da família tradicional burguesa estende-se para toda sociedade, que passa a representar em seu imaginário como um lugar de mentiras, violência, carência de liberdade e burocracia.

A trilha sonora do filme, composta pelo músico Eddie Vedder, é outra maneira de representar o sistema de representações paralelo subjetivados em *McCandless*. A música *Society* diz “Nós temos uma ambição que concordamos/E você pensa que você tem que querer mais do que precisa/Até você ter tudo, você não estará livre/Sociedade, sua raça louca (livre tradução). A letra mostra eficazmente a representação mental que o protagonista fazia da sociedade dos homens em que vivia.

Outra música, *The Wolf*, sem letras, apenas “uivada” por Vedder, transmite a sensação de uma união sagrada-religiosa entre o homem e a natureza, uma identificação direta com o homem e o lobo em um sentido de unidade panteísta primordial.

O filme como um todo pode ser visto como uma apropriação criativa de elementos de representação dominantes em favor de uma contra-narrativa que mostre sistemas subjetivos subjacentes a essa dominação. Esse tipo de arte, a produção cinematográfica, é uma das características culturais do mundo moderno. É interpretado por muitos pensadores como a destruição da obra de arte clássica; uma arte vazia e superficial produzida em série para o consumo das massas; um sistema alienador que reproduz representações padrões do capitalismo, sendo uma forma de domesticar e adequar a consciências coletiva ao ethos do capital.

Na narrativa de “Na Natureza Selvagem”, entretanto, o filme é utilizado para recriar uma experiência humana reflexiva. Divergindo das grandes produções cinematográficas, nas quais o movimento, a ação, o enredo emocional e a velocidade são elementos fundamentais, a história de Christopher *McCandless* é recontada de maneira a ressaltar a idiosincrasia do jovem aventureiro: é uma narrativa em outro tempo, que não o das metrópoles aceleradas; a fragmentação de sua vida “civilizada” é contraposta ao anseio de completude e totalidade que *McCandless* busca na união básica entre homem e natureza; sua vida na floresta é narrada de maneira lenta e simples, diferente da vida urbana que é marcada pelas lembranças e relações fragmentadas e rápidas; e, apesar de toda relação

humana que Chris estabeleceu ao longo de sua jornada, fica aparente seu desejo de isolamento e atividade reflexiva como ermitão/andarilho habitante da mata, à maneira de Thoreau.

Tal narrativa é analisada aqui como possibilidade contrária à subjetividade capitalística dominante, pois ela dá ensejo a uma reflexão sobre a condição do homem moderno e suas possibilidades de experimentação. De maneira a se afastar da pobreza de experiência atestada pela grande mídia e outros mecanismos de subjetivação capitalística. O isolamento de McCandless, como forma de interiorização e conhecimento de si, e o reconhecimento, ao mesmo tempo, da importância da convivência coletiva (“A alegria só é verdadeira, quando é compartilhada”) são reflexões que aproximam o protagonista do modo de subjetivação do homem antigo, como analisado por Foucault. Opõe-se à subjetividade moderna, que interioriza como natural os relacionamentos superficiais e o isolamento individualista do homem, que não implica, entretanto, em um conhecimento de si e uma prática reflexiva.

A relação que Christopher estabelece com Ron Franz, o solitário senhor que produzia cintos de couro, é exemplar desse sistema subjetivo marginal. Apesar de ser uma relação efêmera, não é superficial: Chris mergulha no oceano da interioridade de Ron e este faz o mesmo com o protagonista. Ambos estabelecem uma relação na qual tentam compreender e conhecer melhor o outro e, a partir disso, crescer e ampliar suas cosmovisões.

Considerações finais

Apesar do conceito de subjetividade ser sensivelmente diferente em Foucault e Guattari, sendo para o primeiro uma formação individual através do cuidado de si e para o segundo uma das esferas de uma formação coletiva de modos de pensar e sentir, ambos concordam quanto a mudança proporcionada pelo capitalismo e pelas sociedades modernas na forma do homem interagir com o mundo.

A produção de subjetividades, acima inclusive da produção material, como analisado por Guattari, seria o atual foco das grandes indústrias, pois é a maneira de perpetuar o sistema capitalista através da interiorização de seus valores desiguais e excludentes. O homem que antes praticava a escrita e o cuidado de si, como mostra Foucault, é transmutado no homem superficial que se constrói e se define a partir do olhar do outro. A narrativa passa a ocupar um lugar irrelevante nessa sociedade, na qual a

exteriorização, a abertura para o mundo, é substituída pelo produto de acesso fácil e consumo imediato. Tais processos são, simultaneamente, a consequência e a própria substância dessa subjetividade capitalística.

O filme “Na Natureza Selvagem” pode ser considerado, em sentido micropolítico, como uma revolução contra todos esses padrões da modernidade. É uma forma de transmitir um modo de pensar e viver que gradualmente foi afastada do horizonte do mundo ocidental racionalista. Dessa forma, tem um potencial de gerar reflexões e um constante questionamento acerca da validade e da naturalidade de certos pressupostos longamente introjetados no imaginário da civilização do “progresso”, da eficiência, do utilitarismo, que findam no homem seriado, superficial e isolado em um mundo incompreensível e incompatível a qualquer abertura humana.

Segundo o historiador alemão Reinhart Koselleck, a palavra história, em grego, tem o mesmo significado do que os alemães chamam de experiência (KOSELLECK, 2011, p. 20). Nessa perspectiva, pode-se concluir que a vida de Christopher McCandless foi uma história, importante para ser transmitida através de filmes e livros pela forma com que subverte elementos de dominação e, principalmente, apontam para uma antiga, porém esquecida, concepção do que seja a vida humana.

Referências bibliográficas

- BENJAMIN, Walter. **Experiência e Pobreza**. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras escolhidas v. 1. 8. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 2012, pp. 123-128.
- BENJAMIN, Walter. **O narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov**. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras escolhidas v. 1. 8. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 2012, pp. 213-240.
- BICCA, Luiz. A Subjetividade moderna: impasses e perspectivas. UFRJ - UERJ, 1993 – 94.
- BRUNO, Fernanda. **Máquinas de ver, modos de ser: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias de informação e de comunicação**. Porto Alegre: Revista FAMECOS • nº 24, julho 2004.
- FOUCAULT, Michel. **A escrita de si**. In: O que é um autor? Lisboa: Passagens, 1992. p. 129-160.
- GROS, Frédéric. **A propósito de A hermenêutica do sujeito**. Trad. Alessandro Francisco. Mnemosine Vol.8, nº2, p. 316-330 (2012).
- GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.
- GUATTARI, Félix. **As Três Ecologias**. 21. ed. Campinas: Papirus, 2012.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-RJ, 2011.
- MANCEBO, Denise. Modernidade e produção de subjetividades: breve percurso histórico. Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2001.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. **Narrativas: representação, instituição ou experimentação da realidade?** SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. USP (Universidade de São Paulo), novembro de 2009.